



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Victoria Ventura Monteiro

CRISE ECONÔMICA, INFORMALIDADE E ECONOMIA COMPARTILHADA NO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro  
2023

Victoria Ventura Monteiro

**CRISE ECONÔMICA, INFORMALIDADE E ECONOMIA COMPARTILHADA NO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Instituto de Economia da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro, como requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Econômicas.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina da Cruz  
Lima

Rio de Janeiro

2023

## CIP - Catalogação na Publicação

M775c Monteiro, Victoria Ventura  
CRISE ECONÔMICA, INFORMALIDADE E ECONOMIA  
COMPARTILHADA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO /  
Victoria Ventura Monteiro. -- Rio de Janeiro, 2023.  
39 f.

Orientadora: Ana Carolina da Cruz Lima.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2023.

1. Economia Compartilhada. 2. Desemprego. 3.  
Informalidade. I. Lima, Ana Carolina da Cruz,  
orient. II. Título.

VICTORIA VENTURA MONTEIRO

CRISE ECONÔMICA, INFORMALIDADE E ECONOMIA COMPARTILHADA NO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Instituto de Economia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito para a obtenção do título  
de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 25/08/2023.

---

ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA - Presidente  
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

---

SIMONE FIORITTI SILVA  
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

---

IDERLEY COLOMBINI NETO  
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus por minha vida e por permitir todo acontecimento, sempre me dando forças e sabedoria para passar por todas as dificuldades.

Agradeço a minha família, por terem sido meu maior suporte durante toda a minha vida e me apoiado em todas as minhas decisões. Em especial aos meus pais, Abilio e Angelica, por sempre me proporcionarem o melhor da educação e sempre incentivarem todos os meus sonhos. Aos meus irmãos, Leonardo e João Victor, por serem meu porto seguro e sempre promover grandes momentos de felicidade e conhecimento de vida.

Agradeço aos meus primos, por acompanharem em toda as minhas conquistas.

Agradeço aos meus amigos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, que foram essenciais na minha trajetória de aprendizado educacional e que, comemoram junto a mim minha aprovação na UFRJ e se fizeram presentes durante os últimos anos.

Além disso, agradeço aos meus grandes amigos, Allan e Thamires, por serem meus parceiros nos anos de graduação, onde me acompanharam nos momentos de alegria, aflição e muito estudo, deixando tudo mais leve. Os levarei para o resto de minha vida.

Por fim, agradeço ao Instituto de Economia e em especial, a minha orientadora Ana Carolina pela paciência, generosidade e atenção ao longo da escrita desta monografia. Gratidão!

Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a “uberização”, amplia-se a “pejotização”, florescendo uma nova modalidade de trabalho: o *escravo digital*. (ANTUNES, 2020, p.25)

## **RESUMO**

O objetivo da monografia é entender como as atividades vinculadas à Economia Compartilhada são utilizadas como alternativa ao desemprego, diante da análise de suas definições, e sua cooperação para o aumento da informalidade no Estado do Rio de Janeiro. A monografia explora (i) as definições, as potencialidades e os limites da Economia Compartilhada; (ii) analisa o aumento do desemprego a partir da crise econômica vivida no Brasil deflagrada em 2014 e intensificada pela pandemia da Covid-19; e, por fim, (iii) explora o aumento da informalidade e a importância da Economia Compartilhada no estado do Rio de Janeiro, observando o grupo de pessoas que predominam nos serviços de entrega oferecidos através das plataformas digitais.

**Palavras-chave:** Economia Compartilhada; Desemprego; Informalidade.

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to understand how activities linked to the Sharing Economy are used as an alternative to unemployment, by analyzing their definitions and their the increase in informality in the state of Rio de Janeiro. The paper explores (i) the definitions, potentialities and limitations of the Sharing Economy; (ii) analyzes the rise in unemployment as a result of the economic crisis in Brazil, which began in 2014 and was intensified with the Covid-19 pandemic; and, finally, (iii) explores the increase in the importance of the Sharing Economy in the state of Rio de Janeiro, the group of people who predominate in delivery services offered through digital platforms.

**Keywords:** Sharing Economy; Unemployment; Informality.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Atividades e ocupações vinculadas à Economia Compartilhada

Quadro 2 – Caracterização por grupos do Setor Informal

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Taxa de desemprego no Brasil (2012-2021)

Gráfico 2 - Taxa de desemprego por macrorregiões do Brasil (2012-2021)

Gráfico 3 - Taxa de informalidade das pessoas com 14 anos ou mais de idade Ocupadas no Brasil (2016-2021)

Gráfico 4 – Taxa de Informalidade das pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade nas Macrorregiões do Brasil (2016-2021)

Gráfico 5 – Taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro (2012-2021)

Gráfico 6 – Taxa de Informalidade no Rio de Janeiro (2016-2021)

Gráfico 7 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade por situação de informalidade no trabalho principal no Rio de Janeiro – mil pessoas (2016-2021)

Gráfico 8 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade como conta própria no trabalho principal, por sexo e sem registro do empreendimento no CNPJ no Brasil – mil pessoas (2012-2019)

Gráfico 9 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade como conta própria no trabalho principal, por sexo e sem registro do empreendimento no CNPJ no Rio de Janeiro – mil pessoas (2012-2019)

Gráfico 10 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade como conta própria no trabalho principal, por sexo e por tamanho do empreendimento (1 a 5 pessoas) no Rio de Janeiro – mil pessoas (2012-2019)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 ECONOMIA COMPARTILHADA: DEFINIÇÕES, POTENCIALIDADES E LIMITES .....</b>	<b>11</b>
1.1 AUTORREGULAÇÃO E CONTRADIÇÕES DA ECONOMIA COMPARTILHADA .....	14
<b>2 CRISE, PANDEMIA, DESEMPREGO E ECONOMIA COMPARTILHADA .....</b>	<b>17</b>
<b>3 DESEMPREGO, INFORMALIDADE E ECONOMIA COMPARTILHADA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

A Economia Compartilhada é definida através do aumento da necessidade das plataformas digitais para atender a oferta e a demanda de serviços. Com a tecnologia cada vez mais presente e necessária no dia a dia, Burgess (2015), Helmond (2015) e Snircek (2017) denominam tal mudança como capitalismo de plataforma. Assim, a Economia Compartilhada se manifesta como um novo modelo de negócio com o intuito de compartilhar um produto ou serviço através das plataformas digitais. Partindo dessa definição, pretende-se discutir sobre as relações entre as atividades vinculadas às plataformas digitais e as trajetórias observadas nos mercados de trabalho nacionais.

A desaceleração econômica que o Brasil vivenciou entre 2014 e 2017, associada a um cenário de instabilidade política teve implicações negativas em termos do mercado de trabalho, com elevação das taxas de desemprego, de informalidade e da desigualdade de renda. Essas trajetórias foram intensificadas pela pandemia da Covid-19, deflagrada em 2020, nesse contexto, atividades informais vinculadas à Economia Compartilhada passaram a ser interpretadas/consideradas como alternativa para o desemprego à despeito de sua vulnerabilidade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam o aumento da entrada de trabalhadores nas plataformas digitais com a pretensão de aumentar sua renda ou até mesmo ser a única opção como seu principal recurso para sobreviver. Analisando o contexto brasileiro, especificamente o estado do Rio de Janeiro, é evidente o aumento da taxa de informalidade como consequência do crescente desemprego observado no país. Assim, a monografia pretende analisar a Economia Compartilhada como alternativa ao desemprego, tendo como foco principal o estado do Rio de Janeiro, observando o aumento da taxa da informalidade e o histórico das entradas de pessoas no mercado de trabalho informal. Em primeiro lugar, serão abordadas as definições acerca da Economia Compartilhada (há diversas vertentes e conceitos interligados). Para o estudo, será realizada uma análise qualitativa do assunto. Em seguida, ainda nesse contexto, será apresentado um breve estudo sobre o crescimento do desemprego que perdurou até o ano pandêmico, interligando esse fato ao crescimento da informalidade no país. Além do mais, por intermédio de dados disponibilizados pelo IBGE, discute-se como as atividades e ocupações na Economia Compartilhada têm funcionado como alternativa ao desemprego no país, mais especificamente no estado do Rio de Janeiro. Por fim, será retratado o perfil das principais pessoas que se inserem na Economia

Compartilhada como alternativa ao pleno emprego pois é necessário entender as características e traços dos indivíduos em discussão.

Diante do cenário que será discutido, é importante frisar a precarização das relações de trabalho, traduzida na insuficiência de legislações trabalhistas e de mecanismos de proteção, o que gera um ambiente de trabalho inseguro devido a transferência de riscos e responsabilidades aos trabalhadores vinculados às atividades da Economia Compartilhada.

A monografia é composta por três capítulos além dessa introdução. No primeiro capítulo, estabelece-se o marco teórico de análise. No segundo capítulo, são utilizadas referências empíricas e dados agregados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) para demonstrar a trajetória do mercado de trabalho brasileiro em um contexto de crise. No terceiro capítulo, a provável relação entre desemprego, informalidade e Economia Compartilhada é discutida a partir do exemplo do estado do Rio de Janeiro. Em seguida, são realizadas as considerações finais da análise.

## 1 ECONOMIA COMPARTILHADA: DEFINIÇÕES, POTENCIALIDADES E LIMITES

A ideia de Economia Compartilhada surge em um contexto de intensa participação da tecnologia nas diferentes esferas da vida em sociedade (cultural, política, econômica etc.). Indivíduos, companhias, organizações internacionais e Estados dependem, cada vez mais, da mediação tecnológica em uma diversidade de atividades. Sobre o aumento da intensidade do uso de tecnologias nos mais diversos segmentos da sociedade, Kenney e Zysman (2016) discutem a possibilidade de uma terceira globalização, vinculada à difusão das inovações tecnológicas, à facilidade de acesso à internet e serviços associados. Essas transformações acarretam mudanças na maneira como as relações sociais e econômicas são formuladas e influenciam o próprio conceito de negócios, ao facilitar a entrada individual nas etapas de intermediação das relações comerciais e oferta de serviços. Sobre esse tópico, Burgess (2015), Helmond (2015) e Snircek (2017) afirmam que a crescente dependência das tecnologias e plataformas digitais aponta para o capitalismo de plataforma (e/ou paradigma da plataforma, platformização). Esse conceito está relacionado à realização de negócios em plataformas digitais que conectam virtualmente usuários e ofertantes de serviços.

Nesse contexto do capitalismo digitalizado (de plataforma), a Economia Compartilhada emerge como um novo modelo de negócios que objetiva conectar novas tecnologias e consumo colaborativo (SLEE, 2017). Mais especificamente, a Economia Compartilhada surge como uma proposta que promove o consumo colaborativo entre “indivíduos que troca[riam], aluga[riam], e compartilha[riam] bens e serviços por meio da mediação de um aplicativo ou plataforma de comunicação, permitindo amplo espaço para atividades humanas” (HEINRICH, 2013, p. 229). A proposta é bastante simples: por intermédio de aplicativos ou plataformas digitais, os indivíduos de determinada região seriam capazes de compartilhar com aqueles interessados em seus ativos subutilizados ou ociosos, como casas, carros, ferramentas de construção etc., sem a necessidade de investir grandes quantias monetárias ou de precisar recorrer ao comércio tradicional. É importante ressaltar que uma das características que torna a Economia compartilhada tão atraente é o *trade-off* entre minimização de custos das transações para os usuários e otimização das informações a fim de equilibrar os altos níveis de ofertas com as demandas dos consumidores (CODAGNONE; MARTENS, 2016, p. 09).

Nessa perspectiva, a Economia Compartilhada funcionaria como um modelo de negócio que poderia fortalecer os laços de solidariedade entre as pessoas, uma vez que os

cidadãos, em lugar de recorrer ao ambiente impessoal do modelo de comércio tradicional, poderiam trocar ativos e serviços com vizinhos, amigos, companheiros (MUÑOZ, COHEN, 2017; SLEE, 2017). Além disso, a Economia Compartilhada também prometia “auxiliar indivíduos anteriormente desprovidos de autonomia econômico-financeira a ter mais controle sobre suas vidas ao tornarem-se microempreendedores” (SLEE, 2017, p. 10, tradução nossa). Ou seja, através de um investimento razoavelmente baixo, pessoas comuns, desempregadas ou não, com baixo ou elevado nível educacional, seriam capazes de adentrar circuitos econômicos colaborativos tornando-se microempreendedores sem depender da rigidez e da série de requerimentos do mercado de trabalho formal. Havia, portanto, o potencial de permitir às pessoas desempregadas e com baixa escolaridade, geralmente preteridas em empregos formais, a possibilidade de participar da economia local. Conforme Muñoz e Cohen (2017, p. 21), a Economia Compartilhada prometia ser um instrumento no combate a problemas como, por exemplo, consumo desenfreado e desigualdade de renda.

A despeito das críticas que viriam a ser feitas à Economia Compartilhada, ela nasce como uma proposta disruptiva, que supostamente desafiaria os modelos de negócios tradicionais e as relações comerciais, trabalhistas, sociais a eles ligadas em prol de um modelo de negócios sustentável e socialmente responsável, no qual o objetivo seria fomentar trocas entre parceiros em um ambiente digital horizontal (SLEE, 2017). Desencorajavam-se a impessoalidade, as relações formais de emprego e os horários rígidos de trabalho em prol de um modelo de negócios colaborativo em que se valoriza a relação entre pessoas (*peer-to-peer relationship*), a flexibilidade horária, os contratos temporários e a lógica do compartilhamento em um ambiente virtual (SLEE, 2017). A definição proposta por Rinne (2017 apud GOROG, 2018, p. 9, tradução nossa) é ilustrativa da promessa da Economia Compartilhada: “compartilhamento de ativos subutilizados, monetizados ou não, em maneiras que desenvolvam a eficiência, a sustentabilidade e a comunidade”. Interpretação similar é apresentada por Botsman (2010, p. 147, tradução nossa):

A maneira que pensamos sobre oferta e demanda mudaria; a relação entre compradores e vendedores seria desfeita [*disrupted*]; e a pessoa anteriormente conhecida como consumidor a partir de então obteria aquilo do que precisasse de outras pessoas, tomando o controle e o valor das mãos das grandes e centralizadas empresas.

Ressalta-se que a ideia inicial da Economia Compartilhada sofreu diversas atualizações. Bostman (2010) e Schor (2020) evidenciam a ausência de definição em relação às atividades compreendidas como componentes da Economia Compartilhada, pois são as próprias plataformas, por meio da autodefinição, que delimitam as fronteiras do conceito. Além disso,

de acordo com Görög (2018, p. 180, tradução nossa), existem “mais de 26 termos diferentes relacionados à Economia Compartilhada”. Cada um deles enfatiza um aspecto diferente da relação entre economia e novas plataformas digitais. Através de uma revisão de literatura, a autora identificou as quinze definições para Economia Compartilhada mais pesquisadas no *Google*: Economia Digital; Economia Compartilhada; *Gig Economy*; serviços *on-demand*; Economia *on-demand*; Economia de Plataforma; Consumo Colaborativo; Economia colaborativa; Sistema Produto-Serviço (PSS); Economia *freelance*; *Peer Economy*; *Acess Economy*; *Second hand platform*; *Crowd Economy*; *Second hand economy*.

Para lidar com essa complexidade, houve, então, um esforço teórico para definir as diferentes atividades e modelos de negócios vinculados à Economia Compartilhada (GÖRÖG, 2018; RANJARI, MORALES-ALONSO, CARRASCO-GALLEG, 2018). Görög (2018, p. 183-185), por exemplo, define Economia Compartilhada como as atividades de compartilhamento de ativos subutilizados com o auxílio de tecnologias da informação. Assim, a Economia Compartilhada estaria contida no conjunto de atividades do tipo Consumo Colaborativo. No entanto, para a autora, a Economia Compartilhada não encontra fundamentação primária nos aspectos financeiros, mas sim, na reutilização dos ativos subutilizados.

A definição proposta por Ranjbari, Morales-Alonso e Carrasco-Gallego (2018) parece aproximar-se mais do objetivo desta monografia, visto que engloba a aquisição e a distribuição de recursos e/ou serviços mediante compensação financeira:

Trata-se de um sistema econômico onde companhias intermediárias usam plataformas online para facilitar e baratear os custos de transações com fins lucrativos de garantia de acesso temporário – sem transferência de propriedade – aos recursos subutilizados dos consumidores em redes de pessoas que são criadas em razão da confiança construída entre seus membros, que podem ser indivíduos ou companhias (RANJARI, MORALES-ALONSO, CARRASCO-GALLEG, 2018, p. 13, tradução nossa).

Segundo os autores, existem quatro características que definem a Economia Compartilhada. A primeira é a utilização das plataformas digitais que conectam aqueles que teriam um serviço ou ativo subutilizado a compartilhar com agentes que teriam interesse ou necessidade de tais serviços e/ou ativos. Os aplicativos ou plataformas digitais são, dessa forma, mediadores de relações sociais e comerciais entre as pessoas. A internet e, mais especificamente, as plataformas digitais são consideradas a principal infraestrutura da Economia Compartilhada. Essa característica também é ressaltada por Kathan et al. (2016, p. 663), cuja análise enfatiza a forte dependência da Economia Compartilhada das novas tecnologias da informação e da comunicação, o que torna essa forma de consumo altamente

acessível e flexível. Nessa perspectiva, é fundamental que a plataforma seja apenas a intermediária da relação entre as pessoas, isto é, que ela conecte os fornecedores dos ativos e serviços aos agentes interessados em adquiri-los.

A segunda característica da Economia Compartilhada, que envolve uma relação de compartilhamento de recursos entre estranhos, é:

o acesso temporário a bens e serviços sem transferência de propriedade. Ou seja, a transferência de propriedade ocorrida nos modelos de negócios tradicionais é substituída pelo compartilhamento temporário de bens ou serviços: nenhum bem é comprado ou vendido, mas colaborativamente usado e, então, devolvido ao proprietário (RANJARI, MORALES-ALONSO, CARRASCO-GALLEGO, 2018, p. 08 - 09, tradução nossa).

A terceira característica da Economia Compartilhada diz respeito a uma outra forma de consumo, mais colaborativa, na qual há distribuição e uso mais eficientes de recursos inutilizados ou subutilizados. A quarta e última característica da Economia Compartilhada refere-se à utilização de capacidade ociosa por intermédio do compartilhamento de recursos subutilizados. Em outras palavras, para que uma determinada atividade seja considerada como parte do conjunto da Economia Compartilhada, é preciso que haja algum bem ou recurso cuja utilidade esteja sendo desperdiçada.

Adicionalmente, Muñoz e Cohen (2017, 9.21, tradução nossa) complementam essas interpretações, ao estabelecer que a Economia Compartilhada é “um sistema socioeconômico que permite a intermediação de uma série de compartilhamentos de bens e serviços entre pessoas e organizações que tem por objetivo aumentar a eficiência e otimização dos recursos subutilizados na sociedade”. Esta definição diferencia-se das anteriores ao incluir aspectos socioeconômicos, o que permite analisar situações em que o recurso subutilizado é o fator trabalho (a mão de obra). A alocação do fator trabalho em atividades vinculadas à Economia compartilhada em contextos de crise econômica compõe, justamente, o tema de interesse da monografia.

## 1.1 AUTORREGULAÇÃO E CONTRADIÇÕES DA ECONOMIA COMPARTILHADA

A correlação entre plataformas digitais e relações de trabalho tem sido extensamente estudada (MALIN; CHANDLER, 2017; CHURCHILL; CRAIG, 2019). Hipóteses têm sido levantadas sobre uma possível precarização das relações de trabalho nas atividades vinculadas à Economia Compartilhada e autorreguladas. Segundo Schor et al. (2020, p. 836, tradução

nossa), “[...] o trabalho de plataforma seria o passo seguinte em um processo contínuo de precarização que tem substituído o emprego estável de tempo integral na era do pós-guerra”. Ou seja, as plataformas digitais representariam o aprofundamento da precarização das relações de trabalho. Através de contratos de empregos temporários e baixa remuneração, as companhias transferem a responsabilidade e risco para os próprios trabalhadores e, assim, contribuem para a construção de um ambiente no qual predominam a insegurança trabalhista e a precariedade de condições de vida e de trabalho. Geralmente, essa nova configuração do trabalho autorregulada, proporcionada pela consolidação das plataformas digitais, está associada a atividades do tipo *Gig Economy* (Economia de bicos – tradução livre) (Woodcock, 2021).

Além disso, Schor et al. (2020) argumentam que a experiência dos trabalhadores da Economia Compartilhada não é homogênea. Ao realizar uma série de entrevistas com indivíduos que utilizam o trabalho através das plataformas digitais como fonte única de renda e/ou como fonte extra de renda, os autores identificaram que existe uma relação entre dependência, insatisfação e precariedade no trabalho de plataforma. O nível de satisfação de uma pessoa em atividades laborais realizadas por meio de plataformas digitais está diretamente ligado ao seu grau de dependência de tais atividades. Nesse sentido, aqueles que não têm o trabalho nas plataformas digitais como principal fonte de renda e o utilizam como fonte de renda extra declararam estar mais satisfeitos com suas atividades em comparação àqueles cuja renda depende exclusivamente do trabalho via plataformas digitais.

Discute-se também a possibilidade de que os trabalhadores da Economia Compartilhada estejam sujeitos à ausência de dispositivos legais que os protejam. Essa possibilidade está associada à discrepância temporal que existe entre a evolução das tecnologias digitais e a evolução das legislações trabalhistas. O ritmo acelerado das transformações ocorridas nas plataformas digitais torna difícil a sua regulação, uma vez que as instituições envolvidas no processo de criação de leis e outros dispositivos legais, especialmente em democracias, requerem um ritmo menos acelerado. A consequência de tal descompasso é, exatamente, uma maior precarização das relações de trabalho, forçando os trabalhadores de plataforma a atuarem em um ambiente de menor proteção judicial e seguridade. Essa discrepância, no entanto, não deve ser um obstáculo à regulação e à codificação dos direitos dos trabalhadores de plataforma para que sua proteção seja garantida.

Schor et al. (2020) e Slee (2017) também ressaltam que as empresas fornecedoras das plataformas digitais podem utilizar algoritmos para controlar e manipular os trabalhadores. Nesse sentido, ao contrário de fortalecer a confiança nas interações entre as pessoas, a Economia Compartilhada estaria ajudando a criar uma forma de vigilância. Rosenblat e Stark

(2016) afirmam que empresas como a *Uber* realizam o controle indireto dos trabalhadores de sua plataforma ao apoiar-se na assimetria de poder e no controle da informação. Através de um estudo empírico com trabalhadores da *Uber*, os autores concluíram que existe um gerenciamento algorítmico realizado pela empresa que busca influenciar o comportamento dos motoristas, facilitar a vigilância eletrônica e formular políticas para alcance de metas. Análise similar é realizada por Woodcock (2021) para o aplicativo de entregas *Deliveroo*. O controle, neste caso, vai além da mera supervisão física dos trabalhadores. Com o controle por algoritmos, as companhias da Economia Compartilhada conseguem manter a operação de suas plataformas e a satisfação de seus clientes sem bloqueios ou interrupções.

Nesse sentido, para uma análise da Economia Compartilhada que coloque no centro do debate toda a sua complexidade, é preciso considerar que, ao mesmo tempo em que a Economia Compartilhada cria janelas de oportunidades para os trabalhadores desempregados, como é o caso dos motoristas e entregadores de aplicativo, ela também pode implicar precarização do trabalho, posto que apoia-se na insuficiência dos mecanismos de proteção e segurança dos trabalhadores gerando, assim, um ambiente de insegurança caracterizado, principalmente, pela transferência de responsabilidade e de riscos para os próprios trabalhadores.

Seguindo essa perspectiva, pretende-se realizar uma análise qualitativa da relação entre desemprego, informalidade e Economia Compartilhada. O objetivo é explicitar as particularidades da Economia Compartilhada. Ao tomar como referência a crise econômica que afetou o Brasil e, mais especificamente, o estado do Rio de Janeiro, antes e durante a pandemia do novo coronavírus, pretende-se avaliar em que medida o fenômeno da Economia Compartilhada pode ser considerado como uma alternativa ao desemprego. Pretende-se ressaltar as particularidades de inserção nesse setor a partir da condição prévia dos indivíduos (ocupados no setor formal ou desocupados).

## 2 CRISE, PANDEMIA, DESEMPREGO E ECONOMIA COMPARTILHADA

Uma vez delimitado o conceito de Economia Compartilhada, pretende-se explorar, qualitativamente, sua provável relação com o desemprego e a informalidade. A ideia subjacente é analisar se as oportunidades de trabalho e rendimento por intermédio de plataformas digitais podem ser interpretadas como uma alternativa ao desemprego, a despeito do menor nível de segurança desses postos de trabalho. Para a consecução do objetivo proposto, pretende-se analisar como os ciclos econômicos recentes da economia brasileira, a saber, recessão entre 2014 e 2017<sup>1</sup> e recuperação econômica em 2018-2019, podem ter influenciado a trajetória das atividades vinculadas à Economia Compartilhada no país. Além disso, pretende-se explorar se o choque adverso causado pela pandemia de Covid-19, decretada em 2020, pode ter intensificado as alterações em curso.

O período compreendido entre os anos 2014 e 2017 na economia brasileira é marcado por uma crise econômica (CARLEIAL, DA FROTA, 2015). De acordo com Barbosa Filho<sup>1</sup> (2017, p. 59), a crise econômica de 2014-2017 é resultado de um conjunto de choques de demanda e de oferta, associados à condução da política econômica implementados, principalmente, a partir de 2010, como o aumento dos gastos públicos (investimentos direcionados e subsídios) sem contrapartida tributária, à redução da taxa de juros básica e ao controle de preços públicos e administrados em um contexto de aceleração inflacionária. A elevação de gastos e a concessão de subsídios estavam associadas à determinação de segmentos estratégicos que deveriam receber os subsídios por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS). Essas medidas deveriam incentivar o consumo interno e fomentar o crescimento econômico. Todavia, estão associadas à redução da credibilidade do Banco Central, ao aumento do custo de combate à inflação, à diminuição da produtividade e à piora dos componentes da demanda, o que culminou na crise econômica que se alastrou até o ano de 2017. Na visão do autor:

[e]ssa política utilizou recursos públicos de forma exagerada e ocasionou em elevação da taxa de investimento doméstica no período. No entanto, a elevação do investimento não veio acompanhada de crescimento econômico, mas sim de redução da produtividade total dos fatores (PTF), reduzindo a capacidade de crescimento da economia no período (BARBOSA FILHO, 2017, p. 53).

---

<sup>1</sup> Há diversos fatores, econômicos e políticos, que explicam a recessão econômica brasileira nos anos discutidos nesse capítulo. Entretanto, realizar uma discussão detalhada sobre as causas da crise deflagrada em 2010 não é o foco principal para esta monografia. Para mais detalhes sobre esse assunto, consultar Barbosa Filho (2017).

Uma das consequências diretas do contexto de reduzida produtividade e baixa capacidade de crescimento foi a deterioração das contas públicas (BARBOSA FILHO, 2017). Conforme aponta Barbosa Filho (2017), até de 2012, o índice de superávit primário mantido girava em torno de 2% do PIB. A partir de 2012, este quadro foi alterado e a economia brasileira passou a lidar com um déficit primário maior que 3%. Nesse sentido, a política fiscal teve um papel relevante para a crise econômica, pois esses números impactaram negativamente o risco do país e, assim, desestimularam os investimentos externos. Como consequência, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 3,0% em 2013, para 0,5% em 2014, -3,8% em 2015 e -3,6% em 2016 (BARBOSA FILHO, 2017, p.56). Esses resultados negativos impactaram diretamente a taxa de consumo das famílias que diminuiu de 3,5% em 2013 para 2,3% em 2014, -3,9% em 2015 e -4,5% em 2016.

Os níveis de desemprego não passaram ilesos pela recessão supracitada. Conforme aponta Proni (2015, p.1), ainda que a causa efetiva do desemprego em um determinado período possa variar, e que o quadro tenha um impacto maior sobre um grupo específico, existe uma correlação direta entre desemprego e momentos de depressão econômica. Em suas palavras, “em períodos de depressão econômica o desemprego se torna uma questão social de maior proporção; em períodos de crescimento do nível de atividade o problema tende a diminuir” (PRONI, 2015, p.1). Em outras palavras, o fenômeno do desemprego tem uma relação direta com as questões conjunturais, acontecimentos históricos e implementações de políticas econômicas (POCHMANN, 2009).

No tocante às taxas de desemprego no país, o ano de 2015 marca um ponto de inflexão no comportamento do mercado de trabalho no Brasil. Segundo Pochmann (2015), o desemprego cresceu rapidamente e o salário médio dos ocupados perdeu poder aquisitivo. Em suas palavras:

Após vários anos de trajetória de queda, a taxa de desemprego do Brasil metropolitano vem seguindo continuamente desde o início de 2015, chegando a ser 41,5% superior no mês de julho em comparação a janeiro. A comparação entre os mesmos meses em 2014 foi de 2,1% maior, de 3,7% em 2013 e de -1,8% em 2012 (POCHMANN, 2015, p.9).

O autor ressalta que o aumento do desemprego e a redução da renda dos ocupados causa um aumento na competição entre os trabalhadores, tanto pelos que estão desocupados, quanto pelos que estão prestes a se inserir no mercado de trabalho. Além disso, a diminuição da renda média familiar desestimula o consumo e modifica as formas da demanda de trabalho por parte dos desempregados, que passam a buscar novas alternativas produtivas/ocupacionais

para sobrevivência (POCHMANN, 2015). As atividades vinculadas à Economia Compartilhada podem se tornar, nesse contexto, oportunidades de trabalho e rendimento.

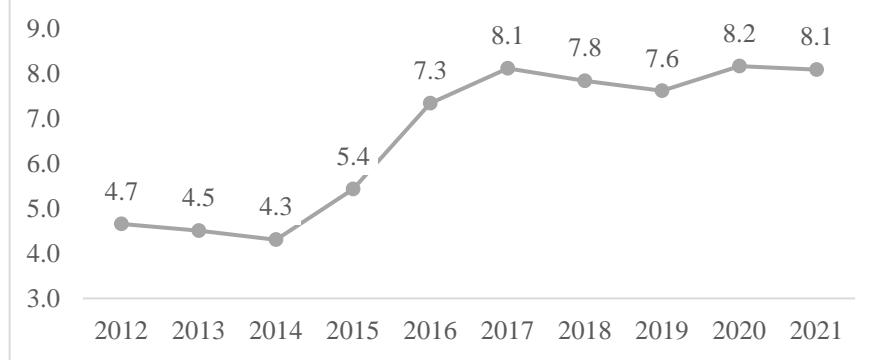
Barbosa (2019) divide o comportamento da desigualdade no Brasil, avaliada à luz do desemprego, desalento (pessoas que deixaram de buscar emprego devido à falta de oportunidade), informalidade e concentração de renda, em quatro grandes fases durante o período 2012-2017. Em suas palavras,

A primeira, de 2012 a 2014: uma redução que caminha no bojo do processo de equalização da década anterior. A segunda fase se localiza entre 2014 e 2015, quando um aumento, ainda lento, é promovido basicamente em função do desemprego e do desalento. A terceira fase, em 2016, caracteriza-se pela aceleração da concentração de renda, em decorrência da continuidade do avanço do desemprego e do desalento e agora também aumento da desigualdade entre trabalhadores. A quarta fase tem início no primeiro trimestre de 2017 e [...] [c]aracteriza-se pela relativa estabilização do desemprego e do desalento (BARBOSA, 2019, p. 69).

O autor faz uma análise extensa sobre o aumento das taxas de desemprego, crescimento da informalidade e desigualdade entre trabalhadores e aumento da concentração de renda no período estudado. Dessa forma, o período 2014 a 2017 é marcado por um aprofundamento das taxas de desemprego no país. A partir de 2017, todavia, esse quadro tem uma leve alteração.

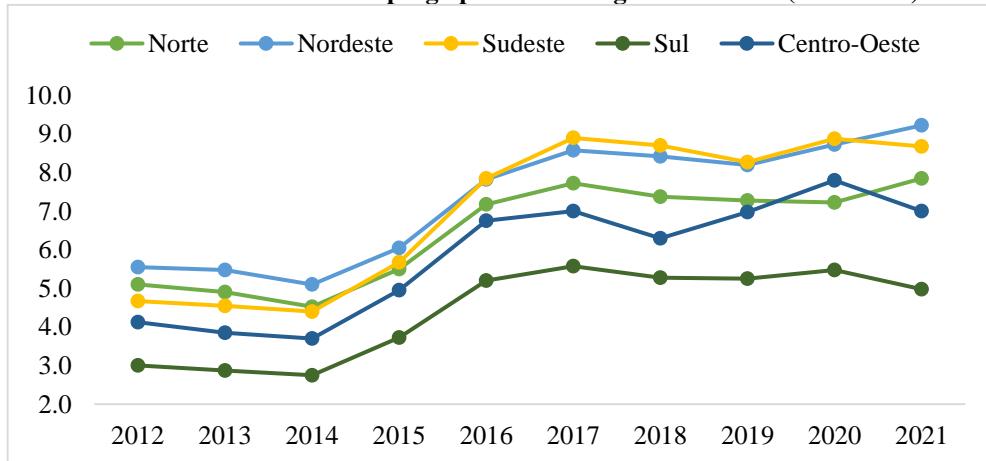
A partir de 2017, a economia brasileira começa a dar sinais de recuperação (CORSI, 2021). Naquele ano, o PIB aumentou 1,30% em relação ao ano anterior (CORSI, 2021). Isto estaria associado ao ajuste efetuado pelas políticas de austeridade implementadas no governo de Michel Temer (2016-2018) (BASTOS et al., 2017).

A recuperação econômica persistiu nos anos seguintes: em 2018, o PIB cresceu 1,78% em comparação ao ano anterior e em 2019, 1,41% (CORSI, 2021). A recuperação econômica está associada à recuperação do emprego, visto que houve uma redução das taxas de desemprego no país entre 2017 e 2019. Todavia, essa tendência foi interrompida em 2020, processo que provavelmente está relacionado à pandemia do novo coronavírus, deflagrada em março de 2020. O gráfico abaixo apresenta a variação da taxa de desemprego no país no período 2012-2021. Pode-se observar um comportamento ascendente da taxa de desemprego entre 2014 e 2017, exatamente o período da crise; recuperação entre 2017 e 2019; e aumento em 2020 (0,6 pontos percentuais).

**Gráfico 1 – Taxa de desemprego no Brasil (2012-2021)**

Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

Toledoa, Chaibb e Da Silvac (2021) traçam um panorama do comportamento dos níveis de desemprego em todas as macrorregiões do Brasil durante os anos de 2014 e 2017. Baseando-se nos dados da PNAD Contínua, os autores mostram que as taxas de desemprego aumentaram em todas as macrorregiões. Os maiores aumentos ocorreram nas regiões Sul e Sudeste. No primeiro caso, as taxas de desemprego crescerem 101,75% no período; no segundo, 95,67% (de 6,84% em 2014 para 13,38%). É válido apontar que a região com o maior nível de desemprego total em ambos os anos foi a região Nordeste (8,73% em 2014 e 15,18% em 2017). O gráfico 02 demonstra as trajetórias regionais, que apresentaram elevação a partir de 2014 e relativa estabilidade entre 2017 e 2019:

**Gráfico 2 – Taxa de desemprego por macrorregiões do Brasil (2012-2021)**

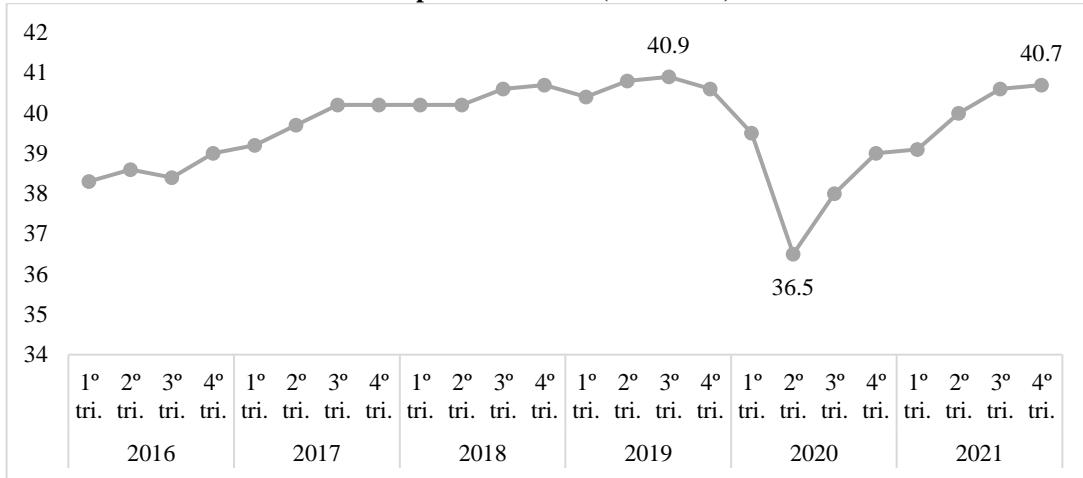
Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

Os grupos mais afetados pela crise econômica, isto é, que viram sua participação no estoque de desempregados aumentar foram: os homens; os mais velhos; e as pessoas que se declaram pretas e pardas. Em relação à escolaridade, não houve um comportamento uniforme entre as macrorregiões: as pessoas com escolaridade incompleta viram sua participação nos níveis de desemprego aumentar nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, e diminuir nas regiões Norte e Sudeste; os indivíduos com escolaridade média e/ou superior incompleta, aumentaram a participação no estoque de desempregados em todas as regiões, exceto Sul; o grupo de indivíduos com escolaridade superior completa aumentou sua participação no estoque de desempregados em todas as regiões, exceto Centro-Oeste (TOLEDOA; CHAIBB; DA SILVAC, 2021).

Ressalta-se que o aumento do desemprego no período pós-2014 está associado à elevação da informalidade nos mercados de trabalho (MARQUES et al., 2018). Trabalho formal é aquele em que existe algum tipo de contrato firmado entre o empregado e o empregador, seja este contrato firmado via regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou do Estatuto do Servidor Público, logo, trabalho informal é aquele em que não há um contrato firmado e no qual os trabalhadores estão desprotegidos de garantias legais (VASCONCELOS; TARGINO, 2015).

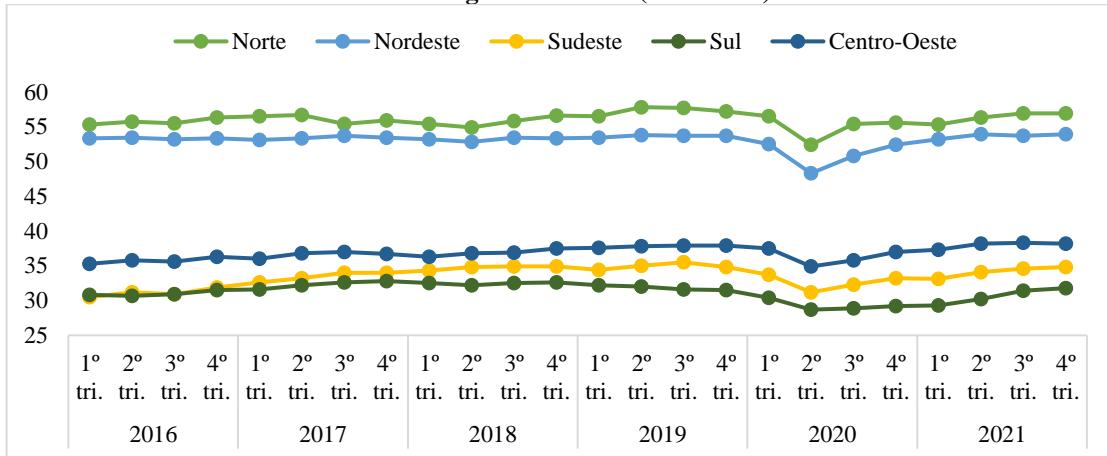
Baltar (2020, p.7) argumenta que, em decorrência da “redução do emprego assalariado, principalmente do setor privado com carteira de trabalho” entre 2014 e 2017, houve, de 2017 até 2019, uma “ampliação do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira no trabalho doméstico e nos setores público e privado”. Em outras palavras, o aumento das taxas de desemprego entre 2014 e 2017 e sua relativa estabilização entre 2017 e 2019 foram acompanhados pelo aumento do trabalho informal, conforme os dados apresentados nos gráficos 03 e 04.

**Gráfico 3 – Taxa de informalidade das pessoas com 14 anos ou mais de idade  
Ocupadas no Brasil (2016-2021)**



Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

**Gráfico 4 – Taxa de Informalidade das pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade nas Macrorregiões do Brasil (2016-2021)**



Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

A variação nas taxas de desemprego e informalidade observada entre 2020 e 2021 foi diretamente influenciada pela pandemia do novo coronavírus e pela adoção de medidas de distanciamento social, necessárias para a contenção do número de casos. Com especial atenção aos níveis de emprego e desemprego, a pandemia afetou principalmente a população vinculada aos setores informais. De acordo com Costa (2020, p. 971-972):

[...] uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego e, portanto, a elevação da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado.

Um subconjunto dos trabalhadores informais é composto pelos trabalhadores vinculados à Economia Compartilhada, especialmente os trabalhadores de entrega e transporte

por aplicativos (DE ABREU MELO, 2021). Segundo Abílio (2021) e Lapa (2022), em 2020 os aplicativos de entrega viram as solicitações de candidatos interessados em serem cadastrados como entregadores aumentar. No caso da *Ifood*, as solicitações aumentaram de 85 mil em fevereiro de 2020 para 175 mil em abril do mesmo ano (LAPA, 2022, p.4). Além dela, as plataformas *GetNinjas* e *Workana* registraram, respectivamente, 400 mil e 293 mil novos profissionais cadastrados em seu banco de dados entre os meses de março e setembro de 2020 (CAVALLINI, 2020). Esse aumento da procura por trabalho em aplicativos de entrega e de transporte durante a pandemia do novo coronavírus parece indicar, exatamente, o argumento central da monografia.

A partir dos dados da PNAD Contínua, Lapa (2020) demonstra que o entregador ou motorista de plataforma tende a ser homem (95%), preto ou pardo (60%), idade entre 20 e 29 anos (38%), com Ensino Médio completo (48%), que trabalha e reside na região Sudeste (49% dos entregadores e 41% dos motoristas). A renda média dos entregadores atingiu valor máximo de R\$ 1.508,02 em novembro de 2020, enquanto a renda média dos motoristas atingiu R\$ 1.888,95 em julho do mesmo ano.

De Abreu Melo (2021) ressalta que é importante ter cautela ao realizar uma associação entre trabalho de plataforma e informalidade devido à escassez de estudos quantitativos específicos sobre os trabalhadores da Economia Compartilhada. Nesse sentido, o autor utiliza dois índices para analisar essas atividades: i) Índice da Qualidade de Trabalho (IQT); e (ii) Índice da Economia Compartilhada (IEC). O IQT mensura a inserção do indivíduo no mercado de trabalho através dos dados da PNAD Contínua, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O IEC é uma *proxy* para verificar se o trabalhador participa ou não de algum setor da Economia Compartilhada. Além disso, agrupa os trabalhadores por faixa etária, ao considerar que certas atividades vinculadas à Economia Compartilhada só podem ser realizadas a partir de 18 anos de idade (por exemplo, obtenção da carteira de habilitação)<sup>2</sup>. O cálculo dos índices IQT e IEC determina, assim, a magnitude das atividades vinculadas à Economia Compartilhada no Brasil.<sup>3</sup> O Quadro 1 descreve as ocupações classificadas no âmbito da Economia Compartilhada por De Abreu Melo (2021).

**Quadro 1 – Atividades e ocupações vinculadas à Economia Compartilhada**

Setor na Economia Compartilhada	CBO	Descrição da atividade
---------------------------------	-----	------------------------

<sup>2</sup> Os grupos definidos são: a) 18 a 29 anos (trabalhadores em fase de entrada e ajuste no mercado de trabalho); b) 30 a 49 anos (trabalhadores estáveis no mercado de trabalho); c) 50 a 64 anos (trabalhadores em preparação para sair do mercado de trabalho) (DE ABREU MELO, 2021, p.26).

<sup>3</sup> A análise concentra-se em áreas urbanas e exclui trabalhadores domésticos (DE ABREU MELO, 2021).

Entregas	9621	Mensageiros, carregadores de bagagens e entregadores de encomendas
Serviços	3434	Chefes de cozinha
	51	Trabalhadores dos cuidados pessoais
	94	Ajudantes na preparação dos alimentos
	95	Trabalhadores ambulantes e de serviços afins
	9622	Pessoas que realizam várias tarefas
Tecnologia da Informação	2511	Desenvolvedores e analistas de programas e aplicativos (software)
	35	Técnicos de nível médio da tecnologia da informação
Transporte particular	832	Condutores de automóveis, caminhonetes e motocicletas
Vendas	52	Vendedores

Fonte: De Abreu Melo (2021)

Pelo cálculo do IQT, o autor classifica as ocupações vinculadas à Economia Compartilhada em três categorias: (i) alta qualidade, composta por diretores, gerentes e profissionais de ciências e intelectuais; (ii) média qualidade, formada por técnicos e profissionais de nível médio e trabalhadores de apoio administrativo; e (iii) baixa qualidade, formada por todos os outros cargos, como, por exemplo, trabalhadores de serviços, vendedores de comércio e mercados; trabalhadores de pesca, agropecuária e caça; trabalhadores operários e artesãos da construção, mecânicos e outros ofícios; operadores de máquinas e instalações e outras ocupações. O cálculo do IQT para o período 2012-2020 mostra uma redução da qualidade do trabalho, ou seja, aumento da participação relativa de ocupações na categoria ‘baixa qualidade’. Essa tendência pode contribuir para o aumento das desigualdades no mercado de trabalho, pois as alternativas ao desemprego parecem estar vinculadas a atividades que possuem menores retornos e condições de trabalho e renda mais precárias (DE ABREU MELO, 2021, p.32). Isso fica mais claro ao considerar que as ocupações vinculadas à Economia Compartilhada, construídas a partir da CBO 2002, tiveram um crescimento de 4,8% nesse período, especialmente entre jovens de 18 a 29 anos nas categorias média e baixa do IQT (DE ABREU MELO, 2021, p.43). Ademais, o cálculo do IEC aponta a crescente importância dos circuitos da Economia Compartilhada para a economia nacional em períodos de crise, o que pode ser interpretado como uma estratégia de reinserção de trabalhadores desempregados no mercado de trabalho.

O levantamento realizado indica crescente inserção do trabalhador brasileiro, e do Sudeste em particular, nos circuitos da Economia Compartilhada (LAPA, 2022), que pode ser

interpretada como uma alternativa para o desemprego especialmente em contextos de crise, a despeito da menor segurança trabalhista.

No próximo capítulo, será discutido o caso do estado do Rio de Janeiro. O propósito é entender em que medida, durante a crise do novo coronavírus, a informalidade e os circuitos da Economia Compartilhada podem ter sido utilizados nessa região como uma alternativa ao desemprego. Destaca-se a relevância do estado em termos de concentração de atividades econômicas e aglomeração populacional urbana. Nesse sentido, é interessante analisar o caso do estado do Rio de Janeiro devido à sua relevância para a rede urbana nacional e, consequentemente, para o desenvolvimento econômico.

### **3 DESEMPREGO, INFORMALIDADE E ECONOMIA COMPARTILHADA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O estado do Rio de Janeiro foi amplamente afetado pelo quadro de recessão nacional verificado pós-2014, apesar da realização de megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, terem contribuído para retardar alguns de seus impactos (BALASSIANO, 2021). Apesar dessa especificidade, a partir de 2016, os índices econômicos locais, em especial as taxas de desemprego, pioraram consideravelmente, ultrapassando a média nacional.

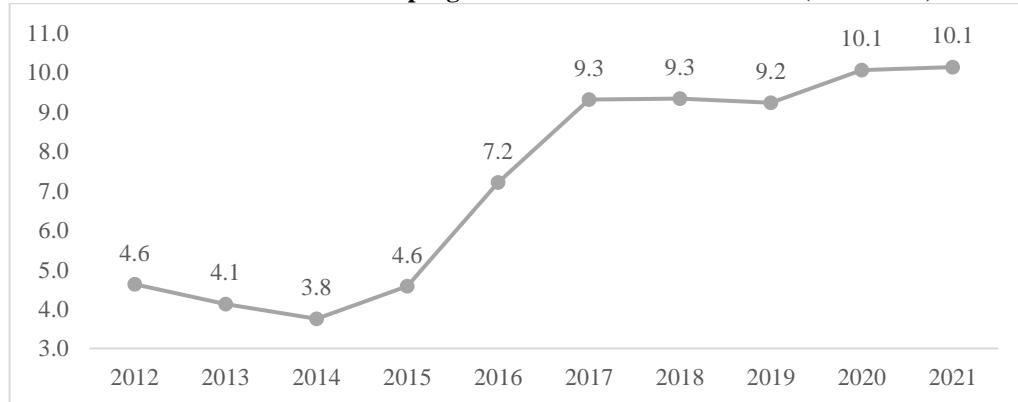
De acordo com Balassiano (2021), em 2016 a taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro aumentou 53,9% em relação ao ano anterior, chegando ao patamar de 11,7%. Em 2017, a taxa de desemprego atingiu 14,9%, maior valor desde 2012, contabilizando um total de mais de 380 mil desocupados (BALASSIANO, 2021). Ao utilizar os dados de Balassiano (2021) para comparar as taxas de desemprego no estado do Rio de Janeiro entre 2014 (6,3%) e 2017 (14,9%), percebe-se um crescimento de 136,50% da população desocupada. Em 2018 e 2019, o desemprego atingiu 15,0% e 14,7%, respectivamente. Nota-se uma desaceleração do ritmo do crescimento do desemprego e leve queda, tendência de recuperação afetada negativamente pela pandemia do novo coronavírus. Durante ao momento da Covid-19, em 2020 e 2021, a taxa de desemprego se manteve estagnada em 10,1%.

Balassiano (2021) também analisa os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para medir a variação do número de empregos formais no estado do Rio de Janeiro. Nesse caso, o ponto de inflexão é 2013. De 2013 a 2016, o número de empregos formais diminuiu bruscamente, chegando ao nível mais baixo desde 1998. A partir de 2017 até 2019, a taxa voltou a crescer, chegando a girar em torno de níveis muito próximos aos meados2013. Entretanto, em abril de 2020, foi registrado o nível mais baixo dos últimos anos ultrapassando ao ano de 1958.

O Gráfico 5 demonstra a evolução da taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro entre 2012-2021, a partir dos dados da PNAD Contínua (que engloba trabalhadores formais e informais). Os números apresentados dão a tônica da emergência que é o problema do desemprego e do trabalho informal no estado do Rio de Janeiro. Segundo Bueno (2017), a crise enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro a partir de 2016 decorre da recessão econômica vivida pelo Brasil, principalmente porque a arrecadação de impostos em todas as regiões do país caiu bruscamente. Em suas palavras, “a crise do Rio e dos demais estados brasileiros é resultado da maior depressão econômica que a nossa República já viveu, levando a uma inimaginável queda de arrecadação de tributos” (BUENO, 2017, p.146). Vale salientar que a principal fonte de

arrecadação do estado do Rio de Janeiro, o ICMS, sofreu uma queda de 7% entre 2015 e 2018, o que resultou em uma queda da receita estadual e do nível de investimentos do Estado.

**Gráfico 5 – Taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro (2012-2021)**



Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

Além disso, a SEFAZ, em relatório de 2018, acrescenta, entre as causas supracitadas para a crise fluminense, a desarticulação do setor de óleo e gás e a volatilidade do mercado internacional de petróleo. De acordo com o relatório:

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados pela confluência de uma série de elementos negativos, uma ‘tempestade perfeita’, que resultou na mais grave crise econômica e fiscal vivenciada pelo Estado (do Rio de Janeiro) e pela população fluminense. A crise econômica nacional (...), a desconstrução da cadeia produtiva de óleo e gás no Estado, a partir da interrupção dos investimentos por parte da Petrobras, e a deterioração nos preços do barril tipo brent de petróleo no mercado internacional assolaram o orçamento do Estado, já engessado com despesas obrigatórias, gerando uma crise financeira e de gestão sem precedentes. (SEFAZ, 2018 apud BALASSIANO, 2021, p.5)

Além disso, o lento e progressivo processo de recuperação econômica iniciado em 2019 foi comprometido pela crise mundial de saúde, deflagrada em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio de Janeiro sofreu uma queda de 3,6% em relação ao PIB do ano anterior (BULHÕES, 2022). No tocante à diminuição dos postos de trabalhos formais, a cidade do Rio de Janeiro, em 2020, perdeu um total de 107,7 mil empregos, o que fez com que a capital fluminense fosse a “última colocada dentre todas as capitais do Brasil” (BULHÕES, 2022, p. 2).

De acordo com estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da FGV (FGV SOCIAL, 2021), no estado do Rio de Janeiro, os impactos negativos associados às medidas de distanciamento necessárias para combater à pandemia do novo coronavírus foram drásticos: “Entre todos os brasileiros, os fluminenses foram os que mais perderam emprego” (FGV SOCIAL, 2021, p. 1). Ao comparar a taxa de ocupação do estado do Rio de Janeiro no último

trimestre de 2020 (37,89%) com o último trimestre em 2019 (44,2%), nota-se uma queda de 14,28% (FGV SOCIAL, 2021). Em 2020, o estado fechou o ano com a marca de um milhão quinhentos e oitenta e quatro mil desempregados. Em 2021, esta taxa atingiu a marca histórica de um milhão quinhentos e noventa e três mil pessoas desempregadas, chegando à porcentagem de 19,4% de desempregados – número 32% maior que a taxa nacional no mesmo período (SILVEIRA, 2021).

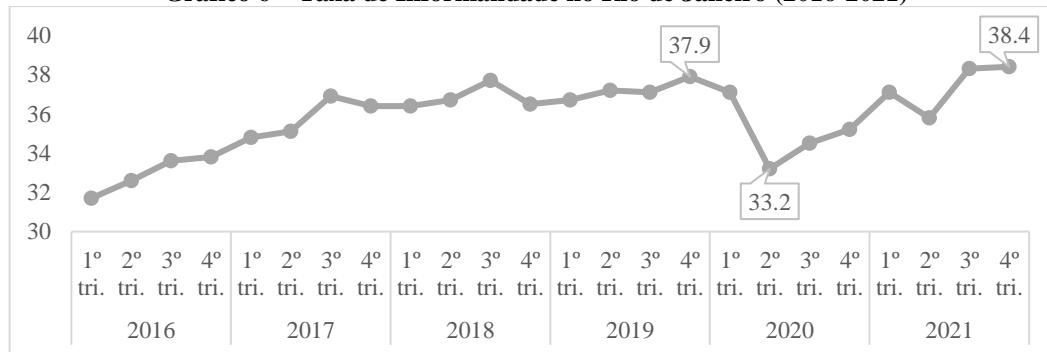
Outro ponto importante de ser analisado para a consecução do objetivo desta monografia é a taxa de informalidade neste período. Conforme aponta Regueira (2021):

No Estado do Rio já tinha, antes da pandemia, a região Metropolitana com o maior número de trabalhadores informais. Mas no período, a parcela da população nessa situação aumentou. Muitos que trabalhavam com carteira assinada perderam o emprego e foram para a informalidade.

De acordo com dados do IBGE, a taxa de informalidade no estado do Rio de Janeiro se comportou da seguinte forma: no segundo trimestre do ano de 2020, atingiu 33,20%, uma redução de 10,75% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta redução, no entanto, não está ligada a um aumento da formalidade do trabalho, posto que é resultado da perda momentânea de ocupação durante os meses mais críticos da pandemia (AUCAR, 2021). Assim, a partir do segundo trimestre de 2020, ainda na pandemia do novo coronavírus, o número de pessoas na situação de emprego informal retomou o crescimento chegando ao ápice dos anos em questão.

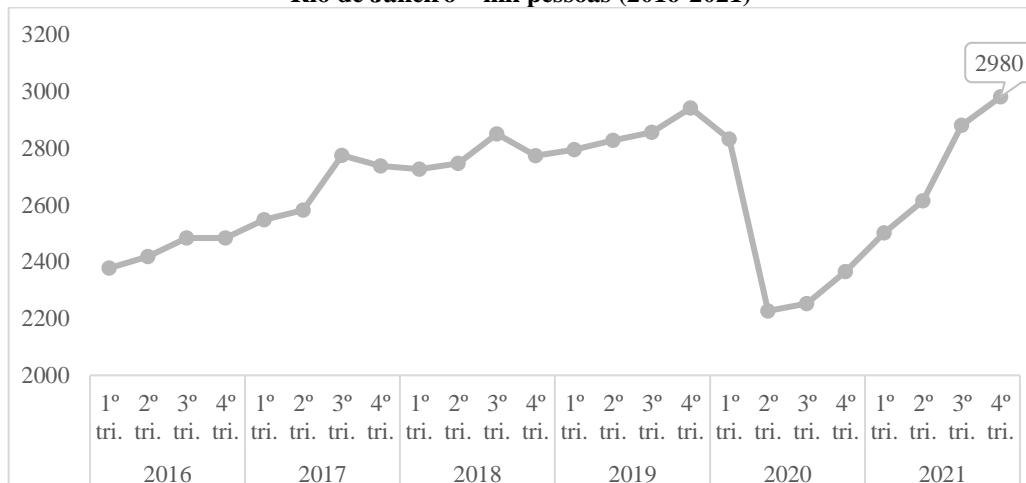
Conforme observa-se no gráfico 6, a taxa de informalidade no Rio de Janeiro é um problema crônico. De acordo com Coelho (2020), durante os anos em questão, a informalidade esteve acima da média nacional. Ademais, os próximos gráficos irão demonstrar, a partir da análise, alguns componentes dos trabalhadores vinculados à Economia Compartilhada no estado em questão.

**Gráfico 6 – Taxa de Informalidade no Rio de Janeiro (2016-2021)**



Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

**Gráfico 7 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade por situação de informalidade no trabalho principal no Rio de Janeiro – mil pessoas (2016-2021)**



Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

No tocante às consequências da relação entre novas tecnologias digitais e trabalho em um contexto de crise, busca-se enfatizar a trajetória das atividades vinculadas à Economia Compartilhada no estado do Rio de Janeiro, focando o período 2016 a 2021. Utiliza-se como referência uma *proxy* da Economia Compartilhada, proposta por De Andrade Bastos, Gama e Do Patrocínio (2021), em que se define o trabalho *uberizado* pela relação do número do trabalhador por conta própria e o número de pessoas ocupadas. É válido perguntar se as atividades vinculadas à Economia Compartilhada passaram a ser interpretadas como uma forma alternativa de trabalho ao desemprego. Além disso, pretende-se discorrer sobre o perfil dos trabalhadores do setor, pois, segundo De Andrade Bastos, Gama e Do Patrocínio (2021, p.10): “[...] a queda de atividade nesses setores [formais], implicou aumento do desemprego entre os não brancos, que tiveram que recorrer ao trabalho por conta própria.”.

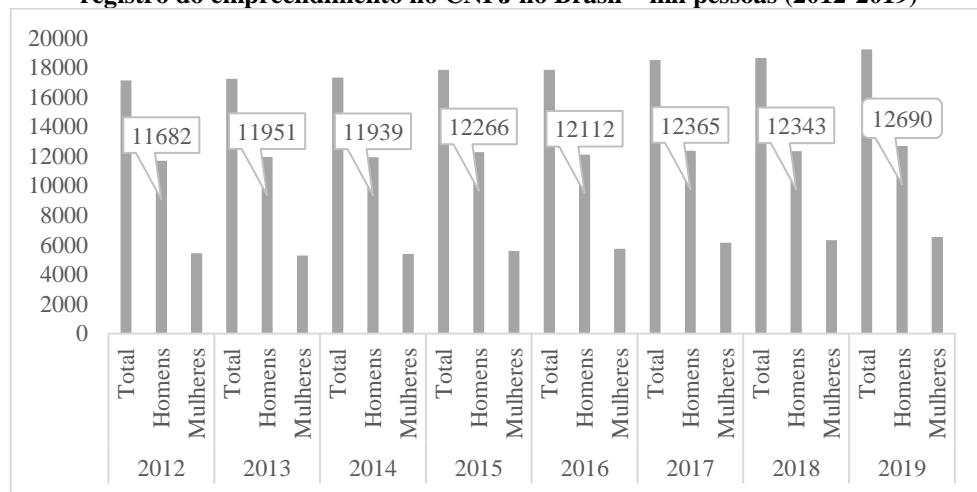
Um dos principais pontos debatidos pelos defensores da Economia Compartilhada reside na autonomia que este sistema socioeconômico supostamente proporciona às pessoas. Como foi apontado no primeiro capítulo, SLEE (2017) parte do princípio de que os microempreendedores passam a ter um controle maior sobre sua vida através da Economia Compartilhada. Assim, sua esperança era erradicar ou, ao menos, diminuir significativamente, o número de desalentados e desempregados na economia ao oferecer oportunidades a essas pessoas.

Nesse sentido, nos gráficos 8 e 9, observa-se a quantidade de pessoas que tem empreendimento sem registo de CNPJ no Brasil e no Rio de Janeiro, que aumentou ao longo dos anos pré-pandêmicos. Esses indivíduos são majoritariamente do sexo masculino e

declaram-se pretos e pardos. Quando se analisa os serviços de entrega, esses percentuais são ainda mais elevados, como destacam Brigatti (2020), Guimarães (2019) e Filgueiras e Lima (2020).

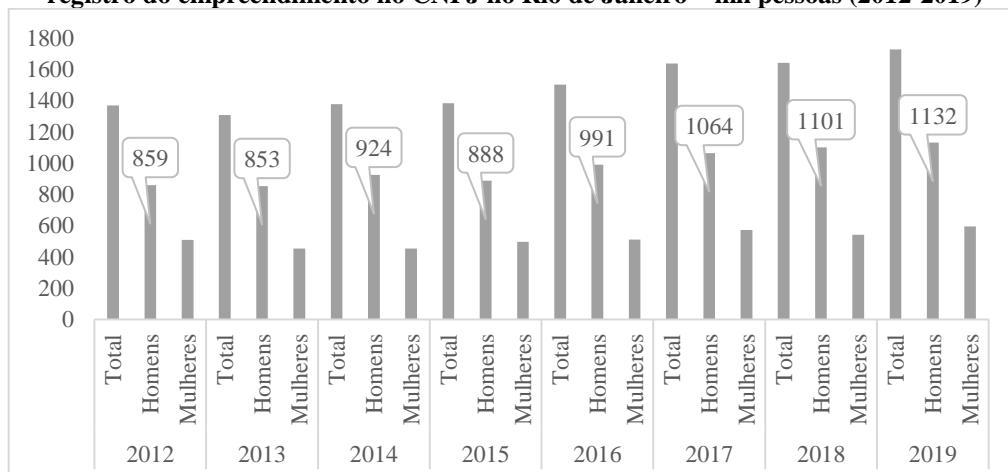
Guimarães (2019) afirma que os jovens do sexo masculino sem qualificação profissional consideram como primeira oportunidade de inserção no mercado de trabalho a atividade informal vinculada a entregas de alimento ou outro serviço do tipo. De Abreu Melo (2021) complementa que os jovens de 18-29 anos são os mais afetados com o desemprego, apresentando uma maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal. Nesse sentido, a maior parte das pessoas que recorre à Economia Compartilhada como alternativa ao desemprego são os jovens.

**Gráfico 8 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade como conta própria no trabalho principal, por sexo e sem registro do empreendimento no CNPJ no Brasil – mil pessoas (2012-2019)**



Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

**Gráfico 9 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade como conta própria no trabalho principal, por sexo e sem registro do empreendimento no CNPJ no Rio de Janeiro – mil pessoas (2012-2019)**



Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

Vasconcelos e Targino (2015) realizam uma caracterização por grupos no setor informal para ressaltar a ausência de proteção social e condições mínimas de trabalho dos indivíduos:

**Quadro 2 – Caracterização por grupos do Setor Informal**

1 - Empregados sem carteira
2 - Trabalhadores domésticos sem carteira
3 - Trabalhadores na produção do próprio consumo
4 - Trabalhadores na construção para o próprio uso
5 - Não remunerados
6 - Empregadores com até 5 empregados

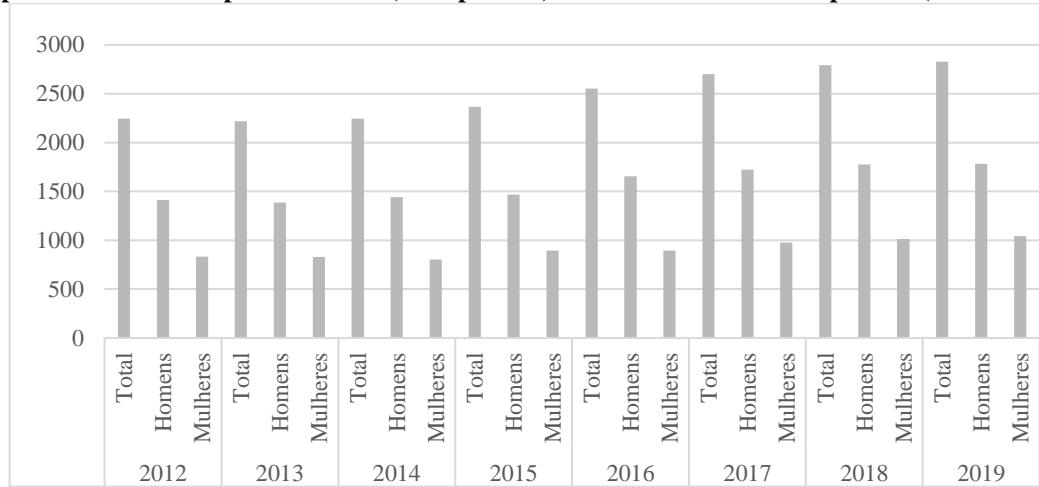
Fonte: Vasconcelos e Targino (2015)

De Andrade Bastos, Gama e Do Patrocínio (2021, p.10) ressaltam, como característica marcante do setor informal, a elevada importância relativa dos trabalhadores de transporte e alimentação:

A relação positiva entre o número de informais e o mercado de trabalho dos setores de transporte e alimentação, isto é, esses setores tendem a ter uma parcela maior de informais quando comparado com os demais. Esse resultado é relevante por ser uma das características marcantes da uberização do trabalho no Brasil, pois, diante da perda dos empregos formais, a população essencialmente vem recorrendo a atividades informais que estão relacionadas aos setores de transporte e alimento, por exemplo, mototaxista, entregadores de alimentos, venda de lanches, motoristas de aplicativos, entre outros.

Analizando os empregadores com até 5 empregados no seu negócio, ressalta-se que o caso do estado do Rio de Janeiro é mais detalhado, pois há uma maior precisão com o intuito de explicitar a entrada das pessoas na Economia Compartilhada como alternativa ao desemprego. Considera-se o gráfico 10, onde se constata que o crescimento de pessoas com trabalho principal por conta própria por tamanho do empreendimento tem uma tendência crescente.

**Gráfico 10 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade como conta própria no trabalho principal, por sexo e por tamanho do empreendimento (1 a 5 pessoas) no Rio de Janeiro – mil pessoas (2012-2019)**



Fonte: IBGE/PNADC (elaboração própria)

No tocante às consequências prejudiciais da relação entre novas tecnologias digitais e mercado de trabalho informal, é necessário enfatizar a intensificação da precariedade do trabalho. A abordagem da informalidade aponta que o emprego, dentro e fora das plataformas digitais, está adotando outras características. Em lugar de aumentar o número de empregos estáveis, cresce o número de contratos temporários de trabalho, de baixa remuneração, que não fornecem nenhuma garantia ou proteção legal para os trabalhadores, e que exigem dos trabalhadores disponibilidade e boa reputação e com nenhuma chance de crescimento na carreira. Em função disso, Woodcock (2020) propõe substituir a ideia de Economia Compartilhada pelo conceito *Gig Economy* (Economia de Bicos), com o objetivo de enfatizar a precarização do trabalho e a vulnerabilidade dos trabalhadores nas plataformas digitais.

Diante do movimento de inserção no trabalho de plataforma em decorrência da onda de desemprego no estado do Rio de Janeiro ressalta-se que não se deve padronizar a experiência de todos os trabalhadores de plataforma, pois isso equivale a ignorar os meios pelos quais estes trabalhadores são afetados e resistem às dificuldades que enfrentam. A relação analisada refere-se ao aumento dos níveis de desemprego – e com especial atenção ao desemprego durante momentos de crise econômica, fiscal e pandêmica – e ao trabalho das plataformas digitais. No caso desta monografia, portanto, interessa principalmente a população que perdeu sua principal fonte de renda em razão do contexto de recessão econômica, e encontrou no trabalho de plataforma um meio de obter sua principal fonte de renda, ou seja, aqueles que já tinham algum tipo de emprego formal e se viram desempregados.

Em outras palavras, existem graus de precariedade na Economia Compartilhada que afetam de forma distinta os diversos grupos que usam as plataformas digitais para trabalho.

Portanto, feita a ressalva supracitada, é possível considerar a Economia Compartilhada como (i) uma alternativa ao desemprego para indivíduos que migraram da desocupação para a Economia de plataforma e (ii) vulnerabilidade e precarização para indivíduos que realizaram a migração do setor formal para atividades informais vinculadas às plataformas digitais. Nesse sentido, os trabalhadores desocupados anteriormente à entrada na Economia Compartilhada, a viram como uma das opções de inserção no mercado de trabalho informal. Já os trabalhadores que migraram do mercado de trabalho formal para o informal viram a Economia Compartilhada como única opção para adquirir renda, pois não havia perspectiva de novas oportunidades no setor formal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Compartilhada, diante da definição apresentada, foi analisada através do conceito da necessidade das plataformas digitais a fim de responder à oferta e à demanda de serviços em um contexto de generalização do uso das tecnologias de informação em atividades cotidianas.

Diante do cenário de crise econômica vivido durante o período de 2014 - 2021, houve um aumento do número de trabalhadores na Economia Compartilhada em decorrência do aumento do desemprego. Dessa forma, a Economia Compartilhada passou a ser vista como alternativa para o desemprego e ganhou importância relativa com o número crescente de pessoas desempregadas e grandes transformações tecnológicas. Esta tendência está vinculada ao benefício de obtenção de renda ao viabilizar o acesso de curto prazo a um produto ou serviço que, com o desenvolvimento tecnológico, transformou conceitos e estratégias empresariais que estimulam o comércio com fácil acesso.

Entretanto, pode-se observar, de acordo com o discutido na monografia, que a entrada de trabalhadores na Economia Compartilhada acarreta muitos fatores. O aumento do desemprego teve implicações para o mercado de trabalho informal, que se expandiu (tendência demonstrada pela análise da trajetória das taxas de informalidade), dessa maneira o crescimento da informalidade está relacionado à necessidade de os trabalhadores auferirem renda para sua sobrevivência. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, com carteira de trabalho e previdência social, se tornou gradativamente mais difícil, o que implicou expansão das atividades vinculadas à Economia Compartilhada. As plataformas digitais surgiram como opção de trabalho e rendimento, mais vulnerável e precarizada, aos desempregados. A análise qualitativa de dados da PNAD Contínua relacionados à taxa de informalidade, mais especificamente sobre o aumento da quantidade de pessoas que se declaram trabalhadores por conta própria e em empreendimento sem registro de CNPJ, pode ser um indício da tendência de crescimento do peso relativo da Economia Compartilhada para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, o aumento da informalidade e o uso das plataformas digitais em busca de uma fonte de renda pelos trabalhadores desempregados no estado do Rio de Janeiro, principalmente ao considerar o grupo de pessoas que migraram do setor formal para o mercado de trabalho informal após a desaceleração econômica vivenciada, evidencia que a Economia Compartilhada pode ser interpretada como uma alternativa ao desemprego que eleva a precarização dos postos de trabalho. Para os indivíduos anteriormente desempregados, as plataformas digitais, apesar da vulnerabilidade trabalhista e social, traduziram-se em

possibilidades ocupacionais para minimizar o risco de renda em um contexto socioeconômico adverso.

Por fim, ressalta-se a ausência de regulamentação e proteção social, as quais o Estado deveria proporcionar aos trabalhadores expostos ao mercado de trabalho informal. Ou seja, ao passo que as plataformas digitais foram criadas e ganharam visibilidade, as políticas protecionistas não acompanharam tal processo. Contudo, é importante a discussão da criação de novas regulações e políticas a fim de proteger os trabalhadores e estimular a entrada de novos trabalhadores na Economia Compartilhada, visto que tal mudança tecnológica irá perdurar ou até mesmo se intensificará.

## REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 579-597, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2020.
- AUCAR, Maria Clara. Informalidade do trabalho: uma tendência. 2021. Disponível em: <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=12124&sid=29#:~:text=O%20cen%C3%A1rio%20destas%20pessoas%20durante,estava%20em%2041%2C1%25>>. Acesso em: 07 ago 2023.
- BALASSIANO, M. Atividade econômica do Estado do Rio de Janeiro (1996-2019). 2021. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/atividade-economica-do-estado-do-rio-de-janeiro-1996-2019>>. Acesso em: 07 ago 2023.
- BALTAR, Carolina Troncoso. **Estrutura ocupacional, emprego e desigualdade salarial no brasil de 2014 a 2019**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2020.
- BARBOSA, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos avançados**, v. 31, p. 51-60, 2017.
- BARBOSA, Rogério Jerônimo. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). 2019.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. "Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia." *Revista de Economia Contemporânea* 21 (2017): e172129.
- BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. What's mine is yours. **The rise of collaborative consumption**, v. 1, 2010.
- BRIGATTI, F. Trabalho por conta própria é o que mais cresce em sete anos Folha de São Paulo, 2020.
- BUENO, J. (2017). “Parte II – Por que crise?”. In.: BUENO, J.; FARID, J. (orgs.), “Rio em transe: núcleo da crise”, Editora Casa do Escritor.
- BULHÕES, Chicão. Economia do Rio e do Brasil em 2021. 2022. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-do-rio-e-do-brasil-em-2021>>. Acesso em: 07 ago 2023.
- BURGESS, Jean. From ‘Broadcast yourself to ‘Follow your interests’: Making over social media. **International Journal of Cultural Studies**, v. 18, n. 3, 2015.
- CARLEIAL, LIANA; DA FROTA, MARIA. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos avançados**, v. 29, p. 201-214, 2015.
- CAVALLINI, M. Pandemia aumenta busca por profissionais autônomos e freelancers no país; veja serviços com maior demanda. 2020. G1.globo.com. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/10/25/pandemia-aumenta-busca-por-profissionais-autonomos-e-freelancers-no-pais-veja-servicos-com-maior-demanda.ghtml>>. Acesso em: 07 ago 2023.

CHURCHILL, Brendan; CRAIG, Lyn. Gender in the gig economy: Men and women using digital platforms to secure work in Australia. **Journal of Sociology**, v. 55, n. 4, p. 741-761, 2019.

CODAGNONE, Cristiano; MARTENS, Bertin. Scoping the sharing economy: Origins, definitions, impact and regulatory issues. **Cristiano Codagnone and Bertin Martens (2016). Scoping the Sharing Economy: Origins, Definitions, Impact and Regulatory Issues. Institute for Prospective Technological Studies Digital Economy Working Paper**, v. 1, 2016.

COELHO, André. Crescimento das vagas informais no RJ foi três vezes maior do que a média nacional, indica Fecomércio. 2020. G1.globo.com. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/10/crescimento-das-vagas-informais-no-rj-foi-tres-vezes-maior-do-que-a-media-nacional-indica-fecomercio.ghtml>>. Acesso em: 07 ago 2023.

CORSI, Francisco Luiz. A ECONOMIA BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA1. A CONJUNTURA LATINO-AMERICANA, p. 161, 2021.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

DE ABREU MELO, Antônio Lucas et al. A qualidade do trabalho e a sobre-educação na economia compartilhada, Brasil (2012-2020). 2021.

DE ANDRADE BASTOS, Suzana Quinet; GAMA, Fabio; DO PATROCINIO, Matheus Mauricio Costa. A UBERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NOS ESTADOS BRASILEIROS. 2021.

FGV Social. O Rio é o estado mais afetado no mercado de trabalho durante a pandemia. 2021. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/destaques/rio-e-o-estado-mais-afetado-no-mercado-de-trabalho-durante-pandemia>>. Acesso em: 07 ago 2023.

FILGUEIRAS, V. A.; LIMA, U. M. Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil - Relatório de pesquisa - Universidade Federal da Bahia Agosto de 2020.

GÖRÖG, Georgina. The Definitions of Sharing Economy: A Systematic Literature Review. Management (18544223), v. 13, n. 2, 2018.

GUIMARÃES, A. A logística do caos: o motoboy nas asas da liberdade do despotismo just in time. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Unesp/Marília - Faculdade de Filosofia e Ciências.

HEINRICH, H. Sharing Economy: A potential new pathway to sustainability. **Gaia Ecological Perspectives for Science and Society**. 2013.

HELMOND, Anne. The platformization of the web: Making web data platform ready. **Social media+ society**, v. 1, n. 2, 2015.

KATHAN, Wolfgang; MATZLER, Kurt; VEIDER, Viktoria. The sharing economy: Your business model's friend or foe?. **Business Horizons**, v. 59, n. 6, p. 663-672, 2016.

KENNEY, Martin; ZYSMAN, John. The rise of the platform economy. **Issues in science and technology**, v. 32, n. 3, 2016.

LAPA, Raphael Santos. O Trabalho em plataformas digitais e a pandemia de Covid-19: análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE. 2022.

MALIN, Brenton J.; CHANDLER, Curry. Free to work anxiously: Splintering precarity among drivers for Uber and Lyft. **Communication, Culture & Critique**, v. 10, n. 2, p. 382-400, 2017.

MARQUES, Léa et al. Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro. **São Paulo: Fundação Perseu Abramo**, 2018.

MUÑOZ, Pablo; COHEN, Boyd. Mapping out the sharing economy: A configurational approach to sharing business modeling. **Technological forecasting and social change**, v. 125, 2017.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos avançados**, v. 29, p. 7-19, 2015.

POCHMANN, Marcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos avançados**, v. 23, p. 41-52, 2009.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Teorias do desemprego: um guia de estudo. **Instituto de Economia–Unicamp, Campinas**, n. 259, 2015.

RANJbari, Meisam; MORALES-ALONSO, Gustavo; CARRASCO-GALLEGO, Ruth. Conceptualizing the sharing economy through presenting a comprehensive framework. **Sustainability**, v. 10, n. 7, 2018.

REGUEIRA, Chico. Trabalhadores informais no RJ perdem renda e têm dificuldade de comprar alimentos e sustentar a família. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/23/trabalhadores-informais-no-rj-perdem-renda-e-tem-dificuldade-de-comprar-alimentos-e-sustentar-a-familia.ghtml>>. Acesso em: 07 ago 2023.

RINNE, April. What exactly is the sharing economy. In: **World Economic Forum**. 2017.

ROSENBLAT, Alex; STARK, Luke. Algorithmic labor and information asymmetries: A case study of Uber's drivers. **International journal of communication**, v. 10, p. 27, 2016.

SCHOR, Juliet B. et al. Dependence and precarity in the platform economy. **Theory and Society**, v. 49, n. 5, p. 833-861, 2020.

SILVEIRA, Daniel. Desemprego no RJ bate recorde histórico e atinge 1,6 milhão no 1º trimestre do ano, aponta IBGE. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/27/desemprego-no-rj-bate-recorde-historico-e-atinge-16-milhao-no-1o-trimestre-do-ano-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 07 ago 2023.

SLEE, Tom. **What's yours is mine: Against the sharing economy**. New York: Or Books, 2017.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism.** John Wiley & Sons, 2017.

TOLEDOA, Vicente Alves; CHAIBB, Diana Chaukat; DA SILVAC, Ana Márcia Rodrigues. Desemprego nas Macrorregiões do Brasil: uma Análise Comparativa dos Anos de 2014-2017.

VASCONCELOS, EAS de; TARGINO, Ivan. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro (1993-2013). **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, p. 141-161, 2015.

WOODCOCK, Jamie. **The fight against platform capitalism: an inquiry into the global struggles of the gig economy.** University of Westminster Press, 2021.